

estudos e pesquisas

Nº 77 – agosto de 2015

Balanço das negociações dos reajustes salariais do 1º semestre de 2015

Balanço das negociações dos reajustes salariais do 1º semestre de 2015

No primeiro semestre de 2015, a maior parte das negociações analisadas pelo Sistema de Acompanhamento de Salários do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (SAS-DIEESE) conquistou reajustes salariais acima da inflação medida pelo INPC-IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Os dados coletados pelo SAS-DIEESE indicam, porém, que houve uma sensível diminuição na proporção dos reajustes com ganho real frente ao observado nas mesmas categorias nos últimos oito anos.

O aumento real médio também caiu e apresentou o menor valor desde 2008 (0,51%), quando o SAS-DIEESE passou a acompanhar o resultado das negociações coletivas pertencentes a um painel fixo de categorias.

Foram considerados para a análise os reajustes de 302 unidades de negociação da esfera privada e de empresas estatais com data-base no primeiro semestre de 2015. Os resultados foram comparados com os reajustes dessas mesmas negociações entre 2008 e 2014.

Resultados

No primeiro semestre de 2015, aproximadamente 69% das negociações analisadas pelo SAS-DIEESE conquistaram aumentos reais. Os reajustes acima da inflação se concentraram na faixa de até 1% de ganho real.

Um número significativo de negociações obteve reajustes iguais à inflação medida pelo INPC-IBGE, correspondendo a quase 17% do painel. Os reajustes salariais que não repuseram a inflação alcançaram quase 15% das negociações. Na Tabela 1, verifica-se que as perdas se situaram, na maioria dos casos, nas faixas de até 2% abaixo da inflação.

TABELA 1
Distribuição dos reajustes salariais do primeiro semestre,
em comparação com o INPC-IBGE
Brasil, 2015

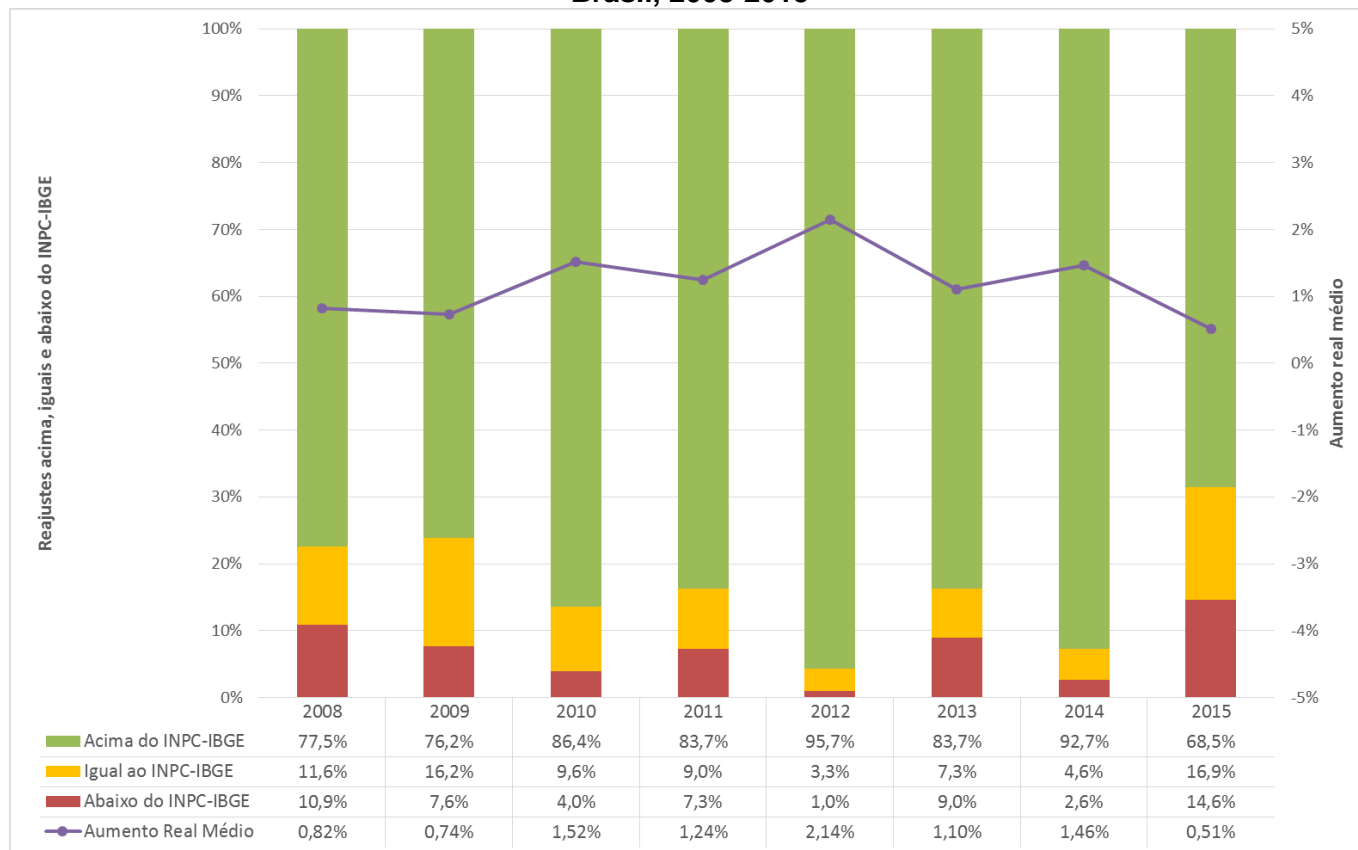
Variação	Nº	%
Acima do INPC-IBGE	207	68,5
Mais de 5% acima	3	1,0
De 4,01% a 5% acima	0	0,0
De 3,01% a 4% acima	7	2,3
De 2,01% a 3% acima	10	3,3
De 1,01% a 2% acima	54	17,9
De 0,01% a 1% acima	133	44,0
Igual ao INPC-IBGE	51	16,9
De 0,01% a 1% abaixo	24	7,9
De 1,01% a 2% abaixo	15	5,0
De 2,01% a 3% abaixo	5	1,7
Abaixo do INPC-IBGE	44	14,6
Total	302	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Quando comparados aos reajustes obtidos pelas mesmas categorias nos últimos oito anos, é possível notar um aumento na proporção de reajustes iguais e abaixo do INPC-IBGE. O percentual de reajustes iguais à inflação no primeiro semestre de 2015 supera o observado em 2009, que tinha sido, até então, o maior percentual nessa faixa, com pouco mais de 16%. Em relação aos reajustes abaixo da inflação, o percentual de aproximadamente 15% é superior aos 11% verificado em 2008. Quando somados, os acordos que não obtiveram aumentos reais correspondem a cerca de 32% do painel.

O valor médio do aumento real (0,51%) reflete esse cenário desfavorável, registrando o menor nível do período, como pode ser observado no Gráfico 1.

GRÁFICO 1
Distribuição dos reajustes salariais e valor do aumento real médio,
em comparação com o INPC-IBGE
Brasil, 2008-2015



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: a) Dados referentes aos reajustes salariais de 302 unidades de negociação

b) Todos os reajustes de 2015 pertencem a unidades de negociação com data-base no primeiro semestre. Porém, nem sempre elas negociaram reajustes no mesmo período do ano. Sete das 302 unidades de negociação analisadas tinham, antes de 2015, data-base no segundo semestre. Não se trata, portanto, de comparação entre reajustes de primeiros semestres, mas, sim, entre reajustes de mesmas unidades de negociação

Ao se analisar a distribuição dos reajustes por quartis, apresentada na Tabela 2, nota-se que, além da queda no aumento real médio, houve redução também na mediana e no 1º e 3º quartis. Esses índices são os menores registrados a partir da adoção do painel único, em 2008. Em que pese isso, os dados de 2015 são, no entanto, muito próximos aos observados em 2009; e o menor reajuste de 2015 foi superior aos menores reajustes observados entre 2008 e 2010.

TABELA 2
Estatísticas sobre os aumentos reais⁽¹⁾
Brasil, 2008-2015

Aumento Real	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Maior	5,10	6,27	10,91	8,01	9,79	8,31	4,37	5,18
3º quartil	1,42	1,11	2,13	1,60	2,50	1,69	2,05	1,00
Mediana	0,61	0,48	1,14	1,07	1,86	0,93	1,40	0,30
1º quartil	0,07	0,02	0,48	0,50	1,04	0,32	0,89	0,00
Menor	-5,57	-5,88	-3,31	-2,32	-0,08	-2,07	-0,84	-2,49
Médio	0,82	0,74	1,52	1,24	2,14	1,10	1,46	0,51

(em %)

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Considera apenas a variação real, descontado o percentual do INPC-IBGE acumulado entre as data-base de cada unidade de negociação

Obs.: a) Valores negativos equivalem a perdas reais

b) Dados referentes aos reajustes salariais de 302 unidades de negociação

c) Todos os reajustes de 2015 pertencem a unidades de negociação com data-base no primeiro semestre. Porém, nem sempre elas negociaram reajustes no mesmo período do ano. Sete das 302 unidades de negociação analisadas tinham, antes de 2015, data-base no segundo semestre. Não se trata, portanto, de comparação entre reajustes de primeiros semestres, mas, sim, entre reajustes de mesmas unidades de negociação

Reajustes salariais por setores econômicos

Dentre os setores analisados, o Comércio é o que apresentou a maior proporção de reajustes com ganhos reais no semestre (76%) e a menor de reajustes abaixo do INPC-IBGE (7%). Nos Serviços, ganhos reais foram observados em 74% das negociações, e perdas, em 12%. Na Indústria, o setor com o desempenho mais fraco no semestre, ganhos reais foram verificados em 61%, e perdas reais, em 20%.

TABELA 3
Distribuição dos reajustes salariais no primeiro semestre,
em comparação com o INPC-IBGE, por setor econômico
Brasil, 2015

(em %)				
Variação	Indústria	Comércio	Serviços	Total
Acima do INPC-IBGE	60,9	75,6	73,6	68,5
Mais de 5% acima	0,0	0,0	2,3	1,0
De 4,01% a 5% acima	0,0	0,0	0,0	0,0
De 3,01% a 4% acima	0,0	0,0	5,4	2,3
De 2,01% a 3% acima	2,3	0,0	5,4	3,3
De 1,01% a 2% acima	12,5	37,8	16,3	17,9
De 0,01% a 1% acima	46,1	37,8	44,2	44,0
Igual ao INPC-IBGE	18,8	17,8	14,7	16,9
De 0,01% a 1% abaixo	10,9	6,7	5,4	7,9
De 1,01% a 2% abaixo	5,5	0,0	6,2	5,0
De 2,01% a 3% abaixo	3,9	0,0	0,0	1,7
Abaixo do INPC-IBGE	20,3	6,7	11,6	14,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Foram considerados os reajustes salariais de 128 unidades de negociação da Indústria, 45 do Comércio e 129 dos Serviços

A Tabela 4 mostra a distribuição dos reajustes iguais, acima e abaixo do INPC-IBGE em 2015 segundo atividades econômicas. Na Indústria, há que se destacar as negociações dos metalúrgicos e dos gráficos, com mais de 80% dos reajustes em valores acima do índice inflacionário. Por outro lado, os químicos e os urbanitários foram os que apresentaram as maiores incidências de reajustes abaixo do INPC-IBGE. Outro destaque negativo foi o segmento da Construção e Mobiliário, em que quase 28% das negociações consideradas registraram perdas no primeiro semestre.

No setor do Comércio, a maior ocorrência de aumentos reais foi observada no segmento do comércio de minério e derivados de petróleo (86% dos reajustes no segmento), seguido pelo segmento do comércio atacadista e varejista (77% dos reajustes no segmento). Reajustes abaixo da inflação foram verificados quase exclusivamente no segmento dos propagandistas. Apenas uma unidade de negociação do atacado e varejo e nenhuma do minério e derivados do petróleo obteve reajuste abaixo do INPC-IBGE.

Nos Serviços, algumas categorias mostraram um bom desempenho, como os securitários¹, vigilantes e trabalhadores em transportes – todos com aumento real em mais de 80% dos reajustes analisados. Os piores desempenhos foram observados nos segmentos das Comunicações e da Saúde.

TABELA 4
Distribuição dos reajustes salariais do primeiro semestre,
em comparação com o INPC-IBGE, por setor e atividade econômica
Brasil, 2015

Setor / Atividade Econômica	Acima do INPC-IBGE		Igual ao INPC-IBGE		Abaixo do INPC-IBGE		Painel Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
INDÚSTRIA	78	60,9	24	18,8	26	20,3	128	42,4
Alimentação	10	66,7	2	13,3	3	20,0	15	5,0
Artefatos de Borracha	1	50,0	1	50,0	0	0,0	2	0,7
Construção e Mobiliário	25	62,5	4	10,0	11	27,5	40	13,2
Extrativa	1	50,0	0	0,0	1	50,0	2	0,7
Fiação e Tecelagem	2	50,0	2	50,0	0	0,0	4	1,3
Gráfica	6	85,7	1	14,6	0	0,0	7	2,3
Instrumentos Musicais	1	100,0	0	0,0	0	0,0	1	0,3
Joalheria e Lapidação	1	100,0	0	0,0	0	0,0	1	0,3
Metalúrgica	15	83,3	0	0,0	3	16,7	18	6,0
Papel, Papelão e Cortiça	2	100,0	0	0,0	0	0,0	2	0,7
Química e Farmacêutica	5	50,0	2	20,0	3	30,0	10	3,3
Urbana	1	11,1	5	55,6	3	33,3	9	3,0
Vestuário	8	47,1	7	41,2	2	11,8	17	5,6
COMÉRCIO	34	75,6	8	17,8	3	6,7	45	14,9
Minérios e Deriv. de Petróleo	6	85,7	1	14,3	0	0,0	7	2,3
Propagandistas	1	33,3	0	0,0	2	66,7	3	1,0
Varejista e Atacadista	27	77,1	7	20,0	1	2,9	35	11,6
SERVIÇOS	95	73,6	19	14,7	15	11,6	129	42,7
Agentes Autônomos no Comércio	2	50,0	1	25,0	1	25,0	4	1,3
Bancos e Seguros Privados	7	100,0	0	0,0	0	0,0	7	2,3
Comunicações	4	36,4	4	36,4	3	27,3	11	3,6
Difusão Cultural	6	75,0	1	12,5	1	12,5	8	2,6
Educação	21	75,0	7	25,0	0	0,0	28	9,3
Processamento de Dados	2	66,7	0	0,0	1	33,3	3	1,0
Segurança e Vigilância	13	92,9	0	0,0	1	7,1	14	4,6
Serviços de Saúde	4	44,4	3	33,3	2	22,2	9	3,0
Transportes	11	84,6	0	0,0	2	15,4	13	4,3
Turismo e Hospitalidade	25	78,1	3	9,4	4	12,5	32	10,6
Total	207	68,5	51	16,9	44	14,6	302	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

¹ Referidos na tabela junto aos bancários, que possuem data-base no segundo semestre e, por isso, não constam deste estudo.

A seguir, serão apresentadas informações mais detalhadas sobre o desempenho setorial das negociações coletivas.

Indústria

Entre os setores estudados, a indústria foi o que mais sentiu o impacto da piora da situação econômica atual, ao menos no que se refere à negociação dos reajustes salariais. Quando se comparam os reajustes do primeiro semestre das 128 unidades de negociação do setor com os conquistados pelas mesmas negociações em anos anteriores, verifica-se que 2015 foi o ano mais desfavorável. A proporção de reajustes com ganhos reais ficou no menor patamar dos últimos anos, em praticamente 61%. Já aqueles que não repuseram as perdas inflacionárias correspondem a quase três vezes a proporção registrada nos anos de 2008 e 2013, os piores registrados até então.

A queda no aumento real médio na indústria em 2015 refletiu o desempenho descrito acima. O valor foi o mais baixo do período pesquisado, muito próximo a zero (0,19% acima do INPC-IBGE).

GRÁFICO 2
Distribuição dos reajustes salariais e valor do aumento real médio na Indústria,
em comparação com o INPC-IBGE
Brasil, 2008-2015



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: a) Dados referentes aos reajustes salariais de 128 unidades de negociação

b) Todos os reajustes de 2015 pertencem a unidades de negociação com data-base no primeiro semestre. Porém, nem sempre elas negociaram reajustes no mesmo período do ano. Três das 128 unidades de negociação analisadas da indústria tinham, antes de 2015, data-base no segundo semestre. Não se trata, portanto, de comparação entre reajustes de primeiros semestres, mas, sim, entre reajustes de mesmas unidades de negociação

Quando as principais atividades econômicas da indústria são analisadas isoladamente, é possível notar que a queda na variação salarial média ocorreu de forma generalizada. Na comparação entre o desempenho dos segmentos da indústria em 2015, os maiores reajustes foram obtidos nas negociações dos gráficos, como mostra a Tabela 5. Mesmo assim, a variação real média nos gráficos foi a menor desde 2008, igualando o resultado obtido em 2009.

Foi no primeiro semestre de 2015 que se registrou pela primeira vez, desde que se adotou o painel fixo em 2008, variações reais negativas na indústria, as quais se verificaram nas atividades Químicas e Farmacêuticas e Urbanas. Entretanto o segmento que teve a maior queda em relação ao ano anterior foi o da Construção e Mobiliário, que havia conquistado a

maior média em 2014 e que neste primeiro semestre observou uma redução de 1,86 ponto percentual no aumento real médio.

TABELA 5
Aumento real médio⁽¹⁾, por atividade econômica na Indústria
Brasil, 2008-2015

Atividade Econômica	2008 (%)	2009 (%)	2010 (%)	2011 (%)	2012 (%)	2013 (%)	2014 (%)	2015 (%)	Painel (nº)
Alimentação	0,56	0,44	0,73	0,96	1,53	0,66	1,13	0,21	15
Construção e Mobiliário	1,71	1,27	2,38	2,34	3,28	1,68	1,97	0,11	40
Gráfica	0,78	0,55	1,74	0,76	1,45	1,01	1,27	0,55	7
Metalúrgica	1,21	0,69	1,52	1,80	2,35	1,22	1,79	0,43	18
Química e Farmacêutica	1,16	0,08	1,11	1,12	1,95	0,83	1,15	-0,40	10
Urbana	0,14	0,31	0,38	0,37	0,88	0,18	0,57	-0,03	9
Vestuário	0,40	0,63	1,36	0,76	1,92	0,93	1,16	0,36	17
Total	1,04	0,72	1,60	1,46	2,26	1,13	1,51	0,19	128

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Considera apenas a variação real, descontado o percentual do INPC-IBGE acumulado entre as data-base de cada unidade de negociação

Obs.: a) São apresentadas apenas as atividades econômicas com cinco ou mais unidades de negociação registradas no painel analisado

b) No total foram consideradas todas as unidades de negociação do setor

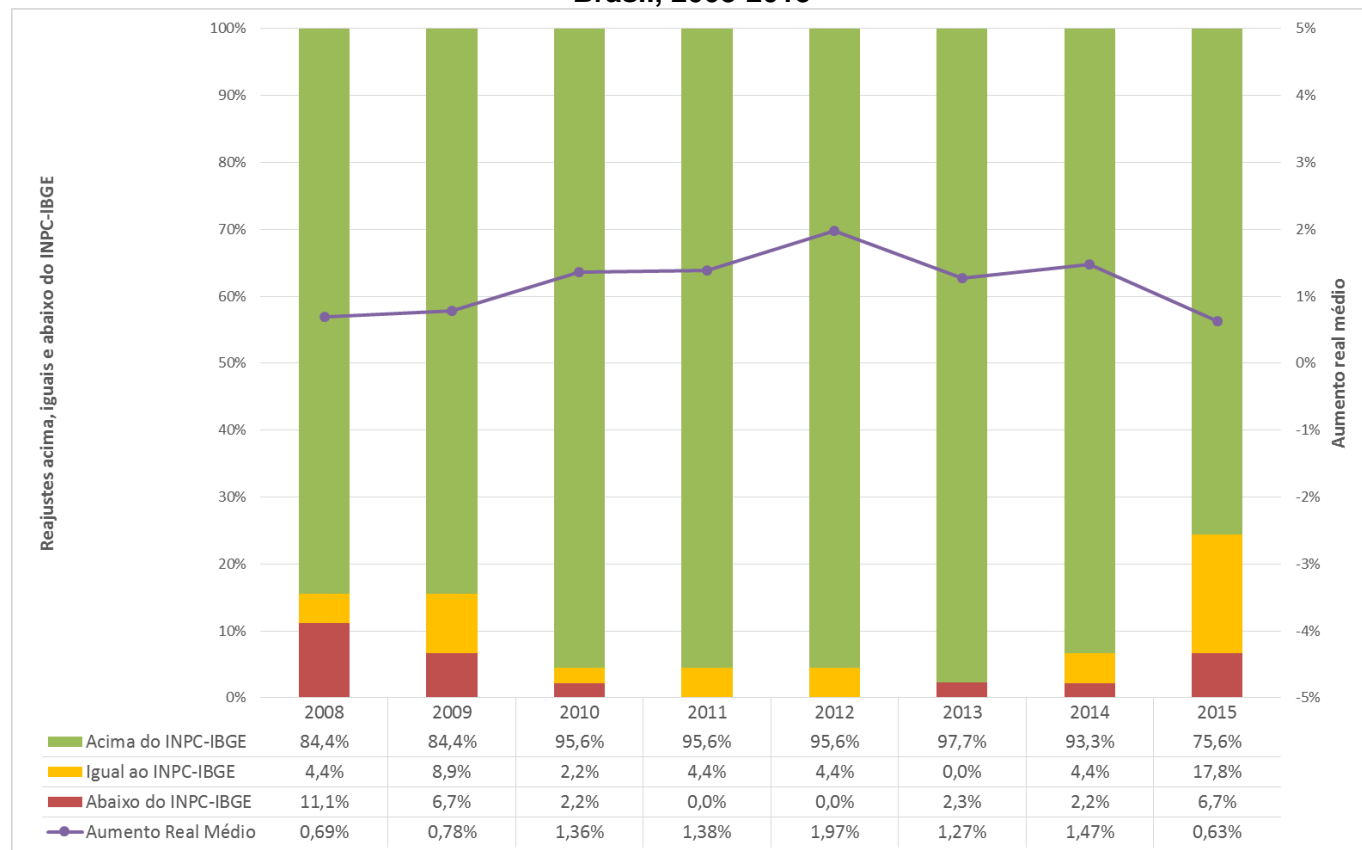
c) Todos os reajustes de 2015 pertencem a unidades de negociação com data-base no primeiro semestre. Porém, nem sempre elas negociaram reajustes no mesmo período do ano. Três das 128 unidades de negociação analisadas da indústria tinham, antes de 2015, data-base no segundo semestre. Não se trata, portanto, de comparação entre reajustes de primeiros semestres, mas, sim, entre reajustes de mesmas unidades de negociação

Comércio

As negociações salariais do comércio também tiveram, em 2015, o menor percentual de casos de aumentos reais, quando comparadas com o desempenho obtido pelas mesmas 45 unidades de negociação nos anos anteriores. O percentual dos reajustes salariais que não recompõem a inflação é o segundo maior do período, atrás de 2008 e igual a 2009. A faixa que mais cresceu, entretanto, foi a dos reajustes iguais à inflação, que é praticamente o dobro do verificado em 2009.

O aumento real médio que a partir de 2010 vinha se mantendo entre 1% e 2%, caiu ao patamar registrado antes desse período, conforme mostra o Gráfico 3. Assim como a indústria, o comércio teve, em 2015, a pior variação salarial média dos últimos anos.

GRÁFICO 3
Distribuição dos reajustes salariais e valor do aumento real médio no Comércio,
em comparação com o INPC-IBGE
Brasil, 2008-2015



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: a) Dados referentes aos reajustes salariais de 45 unidades de negociação

b) Todos os reajustes de 2015 pertencem a unidades de negociação com data-base no primeiro semestre. Porém, nem sempre elas negociaram reajustes no mesmo período do ano. Duas das 45 unidades de negociação analisadas do comércio tinham, antes de 2015, data-base no segundo semestre. Não se trata, portanto, de comparação entre reajustes de primeiros semestres, mas, sim, entre reajustes de mesmas unidades de negociação

A Tabela 6 mostra que as duas principais atividades econômicas do comércio tiveram desempenho semelhante. Ambas registraram queda de cerca de 0,8 ponto percentual na variação real média, em relação a 2014. O comércio varejista e atacadista teve o ganho real médio mais baixo no período, enquanto no comércio de minérios e derivados de petróleo o ganho só ficou à frente do resultado obtido em 2008.

TABELA 6
Aumento real médio⁽¹⁾, por atividade econômica no Comércio
Brasil, 2008-2015

Atividade Econômica	2008 (%)	2009 (%)	2010 (%)	2011 (%)	2012 (%)	2013 (%)	2014 (%)	2015 (%)	Painel (nº)
Varejista e Atacadista	0,69	0,70	1,35	1,31	1,88	1,24	1,43	0,62	35
Minérios e Derivados de Petróleo	0,89	1,66	1,84	1,94	2,64	1,67	1,87	0,99	7
Total	0,69	0,78	1,36	1,38	1,97	1,27	1,47	0,63	45

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Considera apenas a variação real, descontado o percentual do INPC-IBGE acumulado entre as data-base de cada unidade de negociação

Obs.: a) São apresentadas apenas as atividades econômicas com cinco ou mais unidades de negociação registradas no painel analisado

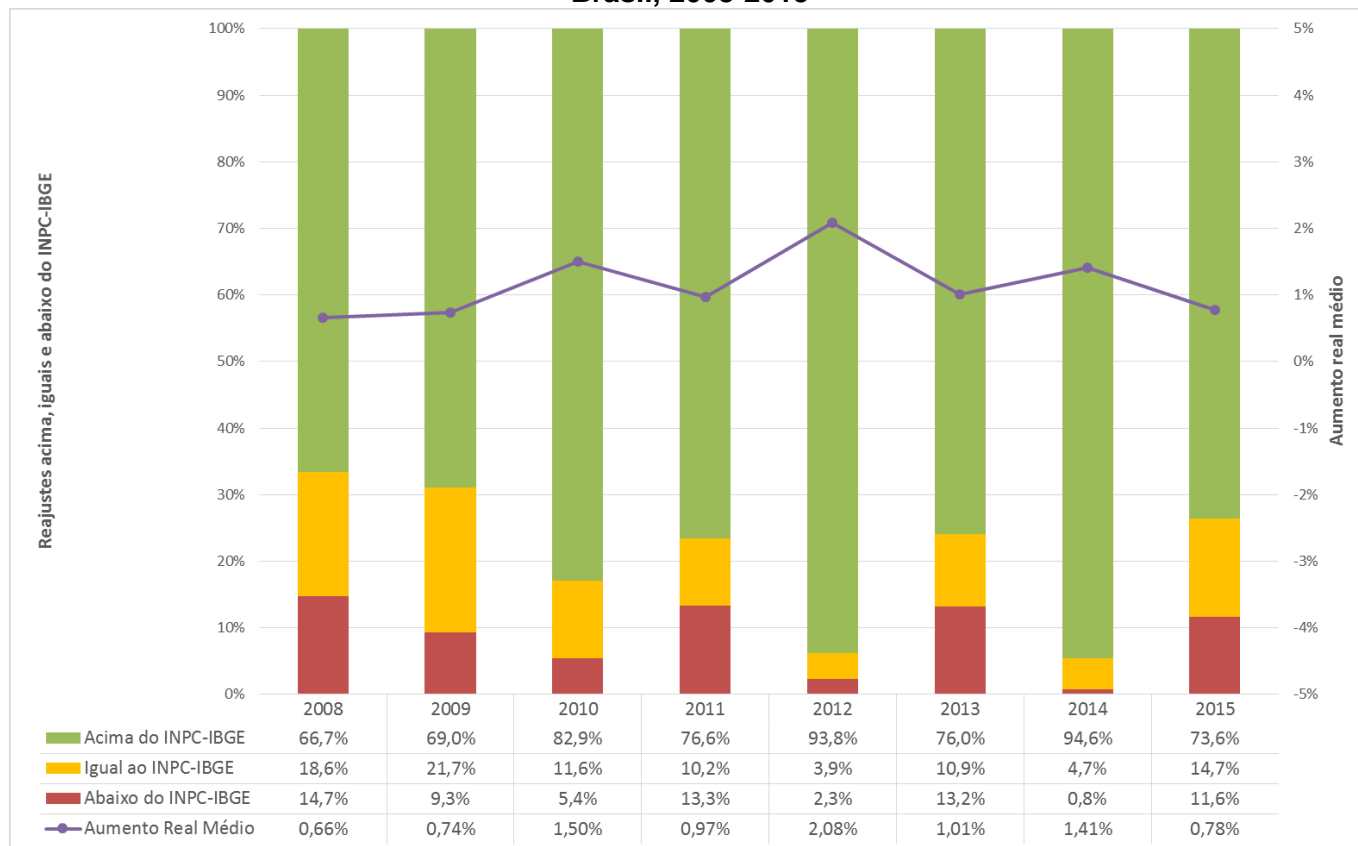
b) No total foram consideradas todas as unidades de negociação do setor

c) Todos os reajustes de 2015 pertencem a unidades de negociação com data-base no primeiro semestre. Porém, nem sempre elas negociaram reajustes no mesmo período do ano. Duas das 45 unidades de negociação analisadas do comércio tinham, antes de 2015, data-base no segundo semestre. Não se trata, portanto, de comparação entre reajustes de primeiros semestres, mas, sim, entre reajustes de mesmas unidades de negociação

Serviços

O recuo nos resultados do primeiro semestre de 2015 também foi observado no setor de serviços. No entanto, diferentemente dos outros setores nos quais a queda foi mais expressiva, nos serviços os resultados deste semestre foram melhores do que os registrados em 2008 e 2009, e muito próximos aos obtidos em 2011 e 2013.

GRÁFICO 4
Distribuição dos reajustes salariais e valor do aumento real médio nos Serviços,
em comparação com o INPC-IBGE
Brasil, 2008-2015



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: a) Dados referentes aos reajustes salariais de 129 unidades de negociação

b) Todos os reajustes de 2015 pertencem a unidades de negociação com data-base no primeiro semestre.

Porém, nem sempre elas negociaram reajustes no mesmo período do ano. Duas das 129 unidades de negociação analisadas dos serviços tinham, antes de 2015, data-base no segundo semestre. Não se trata, portanto, de comparação entre reajustes de primeiros semestres, mas, sim, entre reajustes de mesmas unidades de negociação

Em relação aos aumentos reais médios conquistados pelos diversos segmentos do setor, nota-se que os securitários², vigilantes e trabalhadores em turismo e hospitalidade foram as categorias com menor variação em relação às negociações de 2014. Aliás, nesses três segmentos o ganho real médio ficou acima do ganho médio geral no setor.

Por outro lado, os trabalhadores em transportes, saúde e difusão cultural apresentaram o maior recuo em relação à última negociação. Nas comunicações, a variação real média foi negativa, fato que já havia ocorrido em 2009.

² Referidos na tabela dentro da atividade econômica “Bancos e Seguros Privados”.

TABELA 7
Aumento real médio⁽¹⁾, por atividade econômica nos Serviços
Brasil, 2008-2015

Atividade Econômica	2008 (%)	2009 (%)	2010 (%)	2011 (%)	2012 (%)	2013 (%)	2014 (%)	2015 (%)	Painel (nº)
Bancos e Seguros Privados	0,24	0,20	0,85	0,92	1,25	1,17	1,05	1,02	7
Comunicações	0,52	-0,53	0,68	0,19	0,58	0,12	0,46	-0,10	11
Difusão Cultural	0,72	0,55	0,51	0,41	1,09	0,30	1,31	0,24	8
Educação	0,27	0,45	1,16	0,61	1,41	0,49	1,16	0,47	28
Segurança e Vigilância	1,70	1,92	1,89	1,07	2,52	1,39	1,30	1,20	14
Serviços de Saúde	0,15	0,51	0,52	0,32	1,76	0,73	1,29	0,26	9
Transportes	0,50	0,13	0,88	1,43	2,37	1,42	2,14	0,63	13
Turismo e Hospitalidade	0,99	1,40	2,86	1,64	3,38	1,74	1,90	1,53	32
Total	0,66	0,74	1,50	0,97	2,08	1,01	1,41	0,78	129

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Considera apenas a variação real, descontado o percentual do INPC-IBGE acumulado entre as data-base de cada unidade de negociação

Obs.: a) São apresentadas apenas as atividades econômicas com cinco ou mais unidades de negociação registradas no painel analisado

b) No total foram consideradas todas as unidades de negociação do setor

c) Todos os reajustes de 2015 pertencem a unidades de negociação com data-base no primeiro semestre. Porém, nem sempre elas negociaram reajustes no mesmo período do ano. Duas das 129 unidades de negociação analisadas dos serviços tinham, antes de 2015, data-base no segundo semestre. Não se trata, portanto, de comparação entre reajustes de primeiros semestres, mas, sim, entre reajustes de mesmas unidades de negociação

Reajustes salariais por data-base

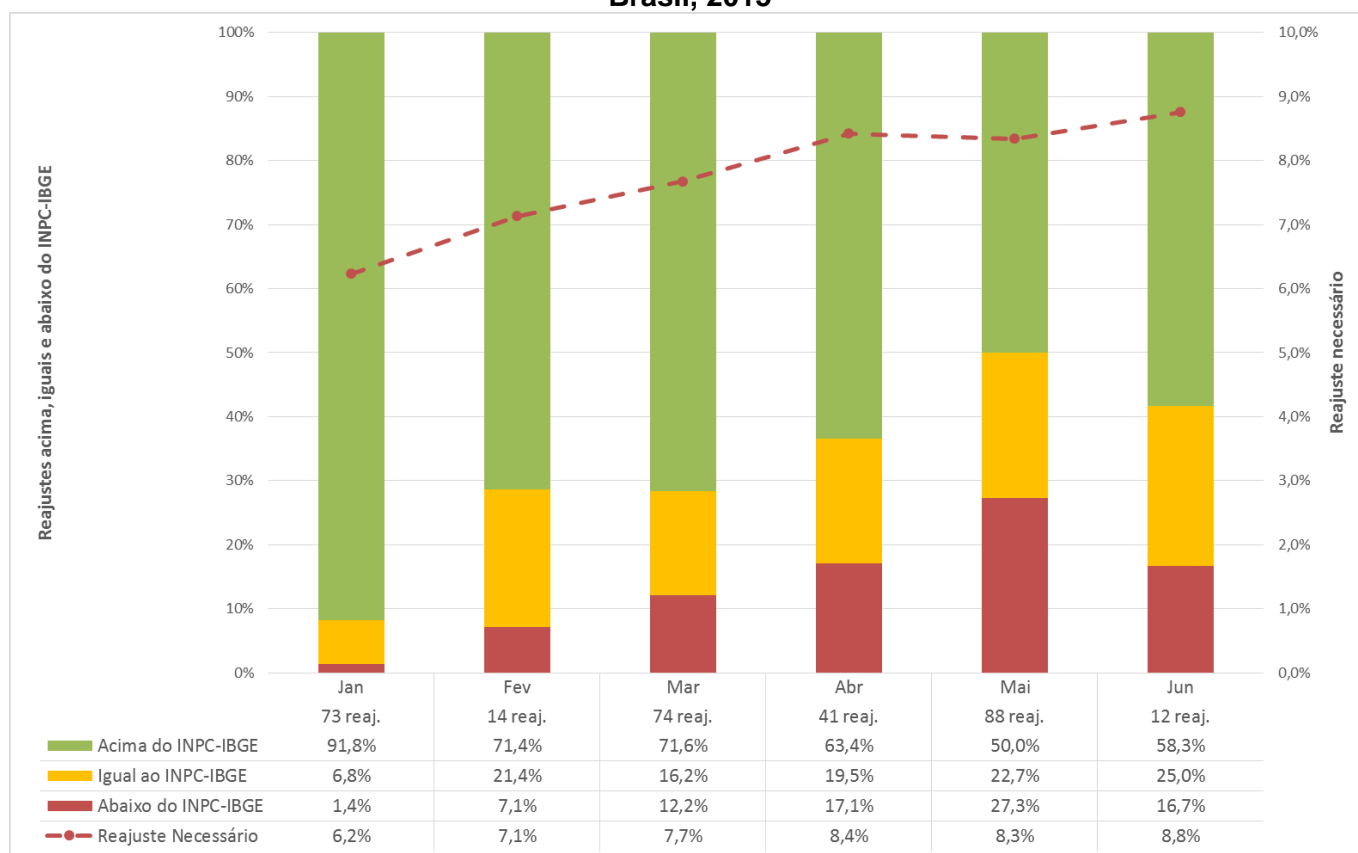
O acompanhamento dos resultados das negociações ao longo dos anos tem demonstrado que, em períodos de elevação consistente da inflação, as conquistas de reposição de perdas e de aumento real tendem a se tornar mais difíceis. É o que se pode observar no Gráfico 5, que mostra a distribuição dos reajustes salariais por data-base em 2015.

Enquanto em 2014 a inflação acumulada em 12 meses na data-base aumentou em um ponto percentual de janeiro a dezembro, no primeiro semestre de 2015 cresceu mais de dois pontos percentuais. Em janeiro era necessário um reajuste de 6,2% para repor as perdas inflacionárias dos últimos 12 meses, ao passo que em junho o reajuste passou a ser de 8,8%.

O crescimento da inflação reflete-se no desempenho dos reajustes salariais no primeiro semestre. Janeiro foi o mês que registrou o maior percentual de negociações com aumento real, com resultados próximos aos observados na totalização de 2014. Maio, mês que historicamente concentra o maior número de negociações no ano, registrou um desempenho bem inferior: metade das negociações pesquisadas conquistou aumento real e pouco mais de um quarto teve perdas salariais.

No entanto, os resultados de junho, apesar de terem sido computados, até agora, apenas 12 dados de reajustes salariais, parecem relativizar a influência da inflação no desempenho das negociações coletivas. Em junho, vê-se que em comparação com maio a proporção de reajustes com aumento real cresceu, e a de perdas reais, diminuiu, apesar de o INPC-IBGE acumulado ter crescido.

GRÁFICO 5
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o INPC-IBGE, e valor do reajuste necessário, segundo o INPC-IBGE, por data-base Brasil, 2015



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Reajustes salariais por regiões geográficas

Em todas as regiões pesquisadas, os aumentos reais médios foram os menores do período. No Sudeste, os aumentos reais médios de 2015 ficaram no mesmo patamar observado em 2009.

Em nenhuma das regiões geográficas do país foi conquistado aumento real médio acima de um ponto percentual.

O maior aumento real médio foi observado na região Nordeste, como se pode ver na Tabela 8. O Centro-Oeste, que em 2014 havia registrado a maior média de aumento real (1,56%), foi, neste primeiro semestre, a região que apresentou o resultado menos favorável (0,17%).

TABELA 8
Aumento real médio⁽¹⁾, por região geográfica
Brasil, 2008-2015

Região Geográfica	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Norte	0,57	1,21	1,97	0,36	1,73	0,91	1,05	0,24
Nordeste	0,84	1,05	1,95	1,25	2,47	1,33	1,40	0,72
Centro-Oeste	1,06	0,73	1,73	1,42	2,55	0,96	1,56	0,17
Sudeste	0,72	0,50	1,34	1,30	2,03	0,99	1,53	0,50
Sul	0,92	0,71	1,26	1,31	2,00	1,20	1,49	0,58
Total	0,82	0,74	1,52	1,24	2,14	1,10	1,46	0,51

(em %)

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Considera apenas a variação real, descontado o percentual do INPC-IBGE acumulado entre as data-base de cada unidade de negociação

Obs.: a) Dados referentes aos reajustes salariais de 20 unidades de negociação da região Norte, 61 do Nordeste, 33 do Centro-Oeste; 110 do Sudeste e 77 do Sul

b) Os dados referentes às unidades de negociação de abrangência nacional ou inter-regional não constam da tabela por contarem, no presente painel, apenas com um registro

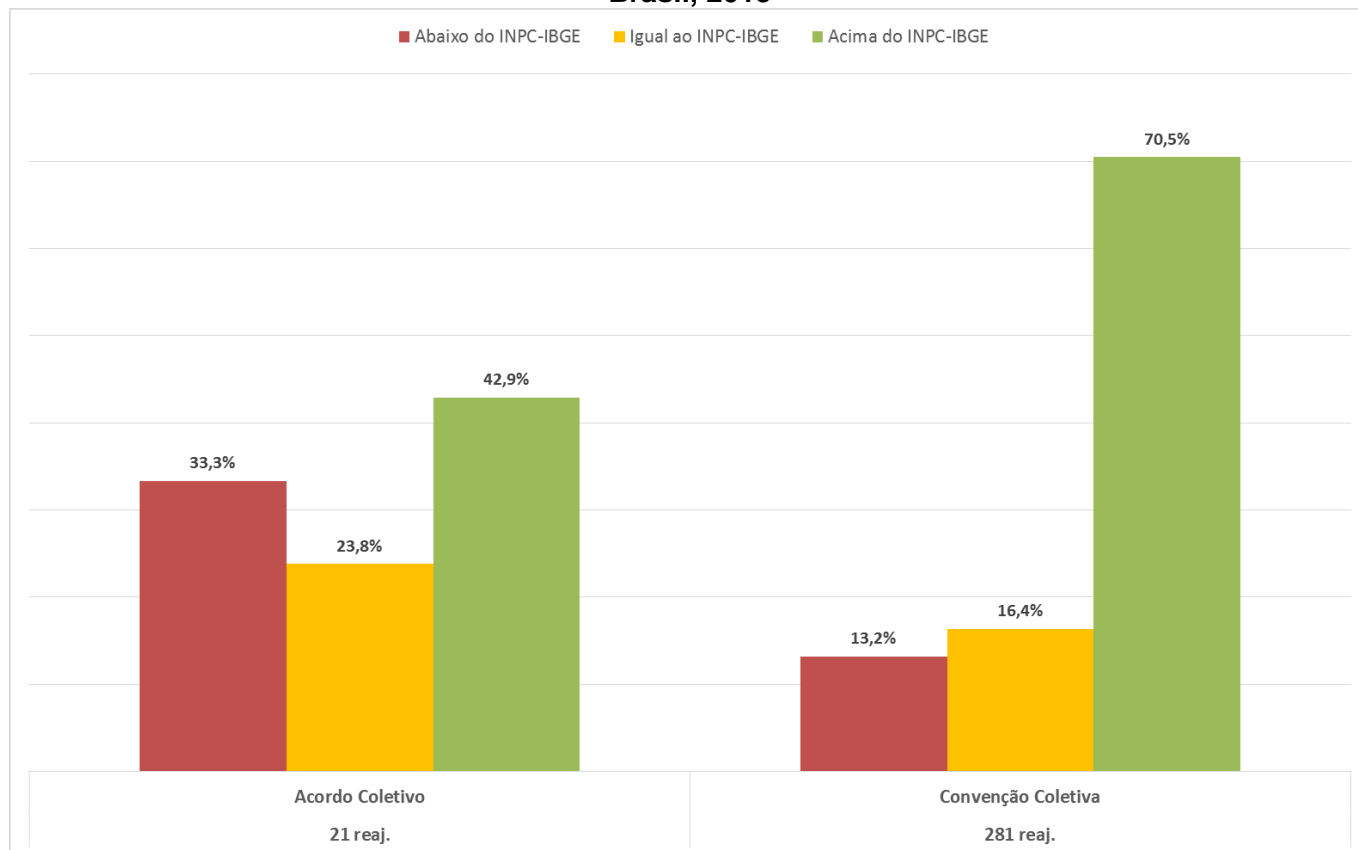
c) Todos os reajustes de 2015 pertencem a unidades de negociação com data-base no primeiro semestre. Porém, nem sempre elas negociaram reajustes no mesmo período do ano. Sete das 302 unidades de negociação analisadas tinham, antes de 2015, data-base no segundo semestre. Não se trata, portanto, de comparação entre reajustes de primeiros semestres, mas, sim, entre reajustes de mesmas unidades de negociação

Reajustes salariais por tipo de contrato coletivo

Assim como nos anos anteriores, as convenções coletivas obtiveram melhores resultados do que os acordos coletivos. As convenções coletivas são documentos que resultam de negociações entre entidades sindicais de trabalhadores e entidades sindicais patronais, e valem para toda uma categoria da região de abrangência das entidades convenientes. Já os acordos são firmados entre entidades sindicais e empresas e apresentam, portanto, abrangência menor.

Os reajustes acima da inflação foram observados em 71% das 281 convenções coletivas e em 43% dos 21 acordos coletivos analisados. Cabe destacar que um terço dos acordos resultou em perdas reais, enquanto para as convenções, o percentual foi muito inferior (13%).

GRÁFICO 6
Distribuição dos reajustes salariais no primeiro semestre,
em comparação com o INPC-IBGE, por tipo de instrumento normativo
Brasil, 2015



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Modalidades especiais de reajustes

A Tabela 9 mostra a forma de aplicação dos reajustes salariais no tocante ao número de parcelas em que são efetivados. Embora o pagamento parcelado tenha apresentado o maior percentual desde 2008, o crescimento não representa uma mudança expressiva. O pagamento em parcela única ainda é predominante, presente em 94% das negociações, proporção semelhante à observada nos anos anteriores.

TABELA 9
Unidades de negociação com reajustes salariais pagos em uma vez, reajustes salariais parcelados e sem reajustes salariais
Brasil, 2008-2015

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	(em %)							
Pagamento em uma vez	97,0	93,7	97,0	97,0	96,3	95,7	95,7	94,0
Pagamento parcelado	2,6	5,0	3,0	3,0	3,7	4,3	4,3	6,0
em 2 vezes	2,3	4,0	2,0	2,0	3,7	4,3	4,3	5,3
em 3 vezes	0,3	0,7	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,7
em 4 vezes ou mais	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sem reajuste	0,3	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: a) Dados referentes aos reajustes salariais de 302 unidades de negociação

b) Todos os reajustes de 2015 pertencem a unidades de negociação com data-base no primeiro semestre. Porém, nem sempre elas negociaram reajustes no mesmo período do ano. Sete das 302 unidades de negociação analisadas tinham, antes de 2015, data-base no segundo semestre. Não se trata, portanto, de comparação entre reajustes de primeiros semestres, mas, sim, entre reajustes de mesmas unidades de negociação

De forma semelhante, com base na Tabela 10, constata-se que não houve variação significativa no percentual que corresponde às negociações de abono salarial. Nos últimos oito anos, o índice variou sempre entre 3% e 5%.

Por sua vez, após um crescimento expressivo verificado entre 2008 e 2012, o reajuste escalonado por faixas salariais parece ter se estabilizado no patamar próximo a 20%. Contudo, em 2015 foi registrado o maior percentual.

TABELA 10
Unidades de negociação com reajustes salariais escalonados e pagamento de abono salarial
Brasil, 2008-2015

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	(em %)							
Abono Salarial	3,3	4,3	5,0	5,0	4,0	4,3	3,3	3,6
Reajuste Escalonado	10,6	13,6	15,6	17,6	21,7	20,3	19,5	22,2

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: a) Dados referentes aos reajustes salariais de 302 unidades de negociação

b) Todos os reajustes de 2015 pertencem a unidades de negociação com data-base no primeiro semestre. Porém, nem sempre elas negociaram reajustes no mesmo período do ano. Sete das 302 unidades de negociação analisadas tinham, antes de 2015, data-base no segundo semestre. Não se trata, portanto, de comparação entre reajustes de primeiros semestres, mas, sim, entre reajustes de mesmas unidades de negociação

Resultados segundo o ICV-DIEESE

Não há alteração significativa no percentual de negociações que conquistaram aumentos reais quando se utiliza o ICV-DIEESE como referência da inflação. A diferença é de meio ponto percentual em relação aos reajustes salariais acima do INPC-IBGE.

Os reajustes com perdas salariais, entretanto, alcançaram pouco mais de 32% das negociações do primeiro semestre. Este percentual é mais do que o dobro do percentual de negociações que resultaram em perdas quando se compara com o INPC-IBGE. Por outro lado, não foram encontrados reajustes iguais à inflação medida pelo ICV-DIEESE. O comportamento diferenciado pode ser explicado pelo fato de os índices de inflação apurados pelas duas instituições terem apresentado resultados diversos. O ICV-DIEESE, que calcula a variação de preços na cidade de São Paulo, apurou índices de inflação mais altos que o INPC-IBGE, que calcula a variação de preço em nove regiões metropolitanas, mais Brasília e o município de Goiânia.

TABELA 11
Distribuição dos reajustes salariais no primeiro semestre,
em comparação com o ICV-DIEESE
Brasil, 2015

Varição	Nº	%
(em %)		
Acima do ICV-DIEESE	205	67,9
Mais de 5% acima	0	0,0
De 4,01% a 5% acima	3	1,0
De 3,01% a 4% acima	3	1,0
De 2,01% a 3% acima	10	3,3
De 1,01% a 2% acima	40	13,2
De 0,01% a 1% acima	149	49,3
Igual ao ICV-DIEESE	0	0,0
De 0,01% a 1% abaixo	76	25,2
De 1,01% a 2% abaixo	16	5,3
De 2,01% a 3% abaixo	5	1,7
Abaixo do ICV-DIEESE	97	32,1
Total	302	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Considerações finais

A análise dos reajustes salariais revela que o primeiro semestre de 2015 foi o mais difícil para os trabalhadores desde 2008. As dificuldades podem ser notadas tanto na distribuição dos reajustes em comparação com a inflação medida pelo INPC-IBGE, quanto na queda do aumento real médio, que atingiu o menor valor do período analisado. No primeiro semestre do ano, foram observadas a maior proporção de reajustes com perdas reais (15%), a menor proporção de reajustes com aumento real (69%) e o menor aumento real médio (0,51% acima do INPC-IBGE) no período.

Ampliando o período de análise, é possível afirmar que resultados como o do primeiro semestre de 2015 não eram observados desde 2004, quando o percentual de reajustes abaixo da inflação atingiu, na totalização anual, cerca de 20%, e o aumento real médio foi de 0,6% acima do INPC-IBGE. Por outro lado, os resultados de 2015 são melhores do que os registrados entre 1996 – ano da primeira análise do balanço dos reajustes do DIEESE – e 2003. Nesse período, o percentual de reajustes abaixo da inflação foi sempre superior a 30%, e o reajustes superiores ao INPC-IBGE, quase sempre abaixo de 50%³.

A comparação com os balanços anteriores a 2008 não é perfeita, pois os painéis de negociações considerados são distintos, mas, ainda assim, tem relevância.

Os dados mostram, ainda, que a piora no desempenho das negociações salariais não foi homogênea entre os setores econômicos analisados pelo SAS-DIEESE. Neste primeiro semestre, a Indústria foi o setor que apresentou os piores resultados. Reajustes abaixo do INPC-IBGE totalizaram um quinto dos analisados no setor. Se forem somados aos reajustes iguais à inflação, chega-se ao percentual de 39% de acordos sem ganhos reais.

Os reajustes do Comércio também tiveram uma piora significativa. Principalmente, levando-se em conta que desde 2010 o setor tem registrado percentuais de negociações com reajustes acima do INPC no intervalo de 93% e 98%. Em 2015, o índice foi de aproximadamente 76%.

Não foram observadas alterações significativas na distribuição dos reajustes no setor de Serviços. É possível notar que os reajustes deste ano apresentam patamares semelhantes aos observados em anos recentes. Os reajustes acordados, porém, foram menores.

³ Salvo em 1996 e 2000, quando atingiram o percentual de 52%.

A maior dificuldade para a conquista de aumentos reais pode ser explicada, em grande medida, pela elevação dos índices de inflação no ano. A inflação acumulada em 12 meses que era de 6,2% em janeiro, segundo o INPC-IBGE, registrou alta nos meses de fevereiro, março e abril. Em maio se estabilizou e voltou a subir em junho, fechando o semestre em 8,8%. Os reajustes necessários para repor a inflação foram se tornando mais altos mês a mês. O reflexo da dificuldade de se negociar reajustes com ganhos reais pode ser constatado ao se comparar os resultados de janeiro (92%) e maio (50%).

Outros fatores podem ter contribuído para a piora nos resultados das negociações salariais, tais como: o recuo na atividade econômica, o aumento das taxas de desemprego, os prognósticos negativos para o desempenho da economia nos próximos meses e o agravamento da incerteza política e econômica. Neste cenário adverso, algumas categorias profissionais deixaram em segundo plano a luta salarial e adotaram como prioridade a defesa do emprego.

O desempenho das negociações salariais no segundo semestre de 2015 dependerá, em boa parte, do desenrolar do cenário atual. No entanto, outros fatores poderão contribuir para a mudança no quadro. Dentre eles, as diferenças de desempenho da empresa ou do setor, o peso econômico e a capacidade de mobilização das categorias profissionais com data-base no segundo semestre, que podem ser decisivos para a reversão dos indicadores atuais.

Anexos

Nesta seção são apresentadas tabelas com informações complementares ao Balanço dos Reajustes Salariais do 1º Semestre de 2015. As Tabelas 12 e 13 apresentam os valores dos reajustes necessários para reposição salarial em cada data-base no período de 2008 a 2015, de acordo com o INPC-IBGE e o ICV-DIEESE. As tabelas seguintes apresentam os dados que descrevem o painel utilizado, como a distribuição das unidades de negociação analisadas por data-base (Tabela 14), por tipo de instrumento normativo (Tabela 15); por setor e atividade econômica (Tabela 16) e por região geográfica e Unidade da Federação (Tabela 17).

TABELA 12
Variação do INPC-IBGE acumulada em 12 meses, por data-base
Brasil, 2008-2015

Data-Base	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	(em %)							
Janeiro	5,16	6,48	4,11	6,47	6,08	6,20	5,56	6,23
Fevereiro	5,36	6,43	4,36	6,53	5,63	6,63	5,26	7,13
Março	5,43	6,25	4,77	6,36	5,47	6,77	5,39	7,68
Abril	5,50	5,92	5,30	6,31	4,97	7,22	5,62	8,42
Mai	5,90	5,83	5,49	6,30	4,88	7,16	5,82	8,34
Junho	6,64	5,45	5,31	6,44	4,86	6,95	6,08	8,76
Julho	7,28	4,94	4,76	6,80	4,90	6,97	6,06	-
Agosto	7,56	4,57	4,44	6,87	5,36	6,38	6,33	-
Setembro	7,15	4,44	4,29	7,39	5,39	6,07	6,35	-
Outubro	7,04	4,45	4,68	7,30	5,58	5,69	6,59	-
Novembro	7,26	4,18	5,39	6,66	5,99	5,58	6,34	-
Dezembro	7,20	4,17	6,08	6,17	5,96	5,58	6,33	-
Média 1º sem.	5,67	6,06	4,89	6,40	5,32	6,82	5,62	7,76
Média 2º sem.	7,25	4,46	4,94	6,86	5,53	6,05	6,33	-
Média anual	6,46	5,26	4,92	6,63	5,42	6,43	5,98	-

Fonte: IBGE

Obs.: Valores correspondentes à variação acumulada do índice nos 12 meses anteriores a cada data-base.

TABELA 13
Varição do ICV-DIEESE acumulada em 12 meses, por data-base
Brasil, 2008-2015

Data-Base	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Janeiro	4,79	6,11	4,04	6,91	6,09	6,41	6,04	6,73
Fevereiro	4,72	5,91	5,10	6,46	6,12	6,89	6,22	7,05
Março	4,47	5,96	5,70	6,26	5,83	6,87	6,74	7,90
Abril	4,68	5,91	5,78	6,72	5,49	7,08	6,77	8,38
Maiο	4,69	5,79	5,68	7,33	5,37	6,68	7,04	8,36
Junho	4,94	5,12	5,60	7,21	5,78	6,87	6,55	8,82
Julho	5,80	4,16	5,57	6,82	6,39	6,99	6,19	-
Agosto	7,04	3,77	5,20	7,14	6,37	6,64	6,81	-
Setembro	6,96	3,75	5,15	7,29	6,18	6,53	6,73	-
Outubro	6,78	3,89	5,42	7,45	5,90	6,34	6,71	-
Novembro	6,89	3,99	5,84	6,79	6,43	6,16	6,56	-
Dezembro	7,16	4,06	6,30	6,24	6,45	6,03	6,64	-
Média 1º sem.	4,72	5,80	5,32	6,82	5,78	6,80	6,56	7,87
Média 2º sem.	6,77	3,94	5,58	6,96	6,29	6,45	6,61	-
Média anual	5,74	4,87	5,45	6,89	6,03	6,62	6,58	-

Fonte: DIEESE

Obs.: Valores correspondentes à variação acumulada do índice nos 12 meses anteriores a cada data-base.

TABELA 14
Distribuição dos reajustes salariais, por data-base
Brasil, 2008-2015

Data-Base	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Janeiro	12,9	13,2	18,2	20,3	20,7	23,6	24,2	24,2
Fevereiro	6,0	7,3	5,3	4,0	3,7	4,3	4,3	4,6
Março	22,8	23,5	23,8	24,3	24,7	23,6	23,8	24,5
Abril	13,2	12,9	12,6	13,3	13,7	13,3	13,6	13,6
Maiο	37,7	36,1	33,8	32,6	31,7	30,6	29,5	29,1
Junho	5,3	5,0	4,3	4,7	4,7	4,3	4,3	4,0
Julho	0,7	0,7	0,7	0,3	0,3	0,0	0,0	-
Agosto	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Setembro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Outubro	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Novembro	0,7	1,0	1,0	0,3	0,3	0,0	0,0	-
Dezembro	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: As mudanças no número de reajustes por data-base decorrem das alterações de datas-base das unidades de negociação consideradas

TABELA 15
Distribuição das unidades de negociação, por tipo de instrumento normativo assinado
Brasil, 2015

Tipo de instrumento	nº	%
Acordo Coletivo	21	7,0
Convenção Coletiva	281	93,0
Total	302	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Acordo Coletivo de Trabalho é o nome que se dá ao contrato coletivo assinado por entidades sindicais de trabalhadores diretamente com as empresas, e Convenção Coletiva de Trabalho, o nome que se dá ao contrato coletivo assinado por entidades sindicais de trabalhadores e de empresas

TABELA 16
Distribuição das unidades de negociação, por setor e atividade econômica
Brasil, 2015

Setor / Atividade Econômica	nº	%
INDÚSTRIA	128	42,4
Alimentação	15	5,0
Artefatos de Borracha	2	0,7
Construção e Mobiliário	40	13,2
Extrativista	2	0,7
Fiação e Tecelagem	4	1,3
Gráfica	7	2,3
Instrumentos Musicais e Brinquedos	1	0,3
Joalheria e Lapidação	1	0,3
Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico	18	6,0
Papel, Papelão e Cortiça	2	0,7
Química e Farmacêutica	10	3,3
Urbana	9	3,0
Vestuário	17	5,6
COMÉRCIO	45	14,9
Minérios e Derivados de Petróleo	7	2,3
Propagandistas e Vendedores de Prod. Farmac.	3	1,0
Varejista e Atacadista	35	11,6
SERVIÇOS	129	42,7
Agentes Autônomos no Comércio	4	1,3
Bancos e Seguros Privados	7	2,3
Comunicações, Publicidade e Empresas Jornal.	11	3,6
Difusão Cultural	8	2,6
Educação	28	9,3
Processamento de Dados	3	1,0
Segurança e Vigilância	14	4,6
Serviços de Saúde	9	3,0
Transportes	13	4,3
Turismo e Hospitalidade	32	10,6
Total	302	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

TABELA 17
Distribuição das unidades de negociação, por região geográfica e
Unidade da Federação
Brasil, 2015

Região / UF	nº	%
NORTE	20	6,6
Amazonas	9	3,0
Pará	7	2,3
Rondônia	3	1,0
Roraima	1	0,3
NORDESTE	61	20,2
Alagoas	1	0,3
Bahia	19	6,3
Ceará	14	4,6
Paraíba	5	1,7
Pernambuco	7	2,3
Piauí	3	1,0
Rio Grande do Norte	7	2,3
Sergipe	5	1,7
CENTRO-OESTE	33	10,9
Distrito Federal	10	3,3
Goiás	16	5,3
Mato Grosso	3	1,0
Mato Grosso do Sul	4	1,3
SUDESTE	110	36,4
Espírito Santo	7	2,3
Minas Gerais	27	8,9
Rio de Janeiro	28	9,3
São Paulo	48	15,9
SUL	77	25,5
Paraná	24	7,9
Rio Grande do Sul	25	8,3
Santa Catarina	28	9,3
NACIONAL / INTER-REGIONAL	1	0,3
Total	302	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Notas metodológicas

1. As informações que embasam este estudo foram extraídas de acordos e convenções coletivas de trabalho registradas no Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS-DIEESE). Os documentos foram remetidos ao DIEESE pelas entidades sindicais envolvidas nas negociações coletivas ou pelos escritórios regionais e subseções (unidades de trabalho que funcionam dentro de entidades sindicais). Complementarmente, também foi considerado o noticiário da imprensa escrita e dos veículos impressos ou virtuais do meio sindical – jornais e revistas de sindicatos representativos de trabalhadores e de entidades sindicais empresariais.
2. Os dados aqui apresentados têm valor indicativo e buscam captar tendências da negociação salarial no país.
3. O painel de informações utilizado não permite extrapolações para além do conjunto exposto neste trabalho, dado que não se trata de amostra estatística.
4. Cada registro do painel refere-se a uma unidade de negociação. Por unidade de negociação entende-se cada núcleo de negociação coletiva formado por representantes patronais e de trabalhadores que pretende resultar em documento(s) formalizado(s) com regulamentações sobre condições de remuneração e de trabalho. A título de exemplo, tome-se o caso do Sindicato dos Comerciários de São Paulo. Este sindicato negocia em torno de nove convenções coletivas de trabalho ao ano, além de acordos coletivos assinados diretamente com as empresas do setor. Cada convenção coletiva regulamenta as condições de remuneração e trabalho dos empregados de um determinado segmento do Comércio, uma vez que são negociados, cada qual, com uma entidade patronal representante de um segmento do setor. Pode-se dizer, portanto, que o Sindicato dos Comerciários de São Paulo participa de nove unidades de negociação, além daquelas que resultam em acordos coletivos.
5. O presente estudo analisou os reajustes salariais negociados por 302 unidades de negociação da Indústria, Comércio e Serviços. Estas negociações fazem parte de um painel fixo de 895 unidades de negociação acompanhadas anualmente pelo SAS-DIEESE desde 2008.
6. Foram excluídos desta pesquisa os contratos assinados por entidades representativas de trabalhadores rurais e de funcionários públicos. Isto se deve às peculiaridades da dinâmica e dos resultados das negociações dessas categorias, que diferem significativamente das desenvolvidas nos demais setores econômicos.
7. O foco exclusivo das análises desenvolvidas nesta pesquisa são as negociações por reajuste dos salários diretos. Não faz parte das pretensões deste trabalho, portanto, a abordagem dos efeitos de vantagens compensatórias acordadas sob a forma de remuneração indireta ou variável, como os reajustes dos auxílios, adicionais ou pagamentos de prêmios e abonos.

8. Os reajustes aplicados aos pisos salariais são frequentemente mais elevados do que os incidentes sobre as faixas de remuneração superiores. Para a elaboração deste estudo, foram desconsiderados os percentuais de reajuste dirigidos exclusivamente aos pisos.
9. No caso de reajustes salariais escalonados por faixas de remuneração, foi registrado o percentual incidente sobre o menor salário ou, quando disponível a informação, sobre a faixa salarial mais abrangente.
10. Nas tabelas do estudo, os percentuais serão sempre apresentados com arredondamento na primeira casa decimal, à exceção dos percentuais de inflação e aumento real médio, apresentados com arredondamento na segunda casa decimal. No texto, aparecerão arredondados para o valor inteiro mais próximo, resguardada a ressalva feita em relação aos índices de inflação e aumento real médio.

Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Direção Executiva

Zenaide Honório – Presidente

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Luis Carlos de Oliveira – Vice-presidente

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região – SP

Antônio de Sousa – Secretário Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região – SP

Alceu Luiz dos Santos – Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba – PR

Bernardino Jesus de Brito – Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

Cibele Granito Santana – Diretora Executiva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas – SP

Josinaldo José de Barros – Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel – SP

Mara Luzia Feltes – Diretora Executiva

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul – RS

Maria das Graças de Oliveira – Diretora Executiva

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco – PE

Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa – Diretor Executivo

Sindicato dos Eletricitários da Bahia – BA

Raquel Kacelnikas – Diretora Executiva

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região – SP

Roberto Alves da Silva – Diretor Executivo

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo – SP

Ângelo Maximo de Oliveira Pinho – Diretor Executivo

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – SP

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Patrícia Pelatieri – Coordenadora Executiva

Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação

José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais

Airton Santos – Coordenador de Atendimento Técnico Sindical

Angela Schwengber – Coordenadora de Estudos e Desenvolvimento

Equipe Técnica Responsável

Daniel Taquiguthi Ribeiro

Luís Augusto Ribeiro da Costa

Equipe de Crítica e Revisão Técnica

Frederico Melo

José Álvaro Cardoso

José Silvestre Prado de Oliveira

Paulo Jager

Iara Heger (revisão de texto)